

CRISE NO CONGRESSO

Jader contra-ataca e declara guerra ao BC

Senador é acusado de retardar aprovação de empréstimo concedido pelo Banco Mundial

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – Irritado com a notícia de que estaria atrasando a aprovação de um empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao governo para retaliar o Banco Central, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), partiu ontem para o ataque. Acusou o BC de tomar atitudes "ditatoriais para ajudar bancos falidos com dinheiro do consumidor". Trata-se de uma resposta à acusação de que Jader teria retardado a tramitação de um projeto, autorizando a contratação de um crédito externo de R\$ 757,5 milhões. Com isso ele estaria vingando-se do presidente do BC, Armínio Fraga, por causa do vazamento do relatório no qual é citado como integrante de esquema de desvios de recursos públicos do Banpará.

"Nenhum líder do governo entrou em contato comigo para dizer que o projeto tinha de andar mais rápido", disse Jader, por meio de sua assessoria de imprensa. "O Senado respeita os trâmites legais, diferentemente de outras casas e do Banco Central, que apro-

va em horas a liberação de R\$ 1,6 bilhão para bancos falidos", reagiu, em referência ao socorro financeiro aos bancos Marka e FonteCindam por

conta da mudança da política cambial, em janeiro de 1999.

Fraga não quis comentar as acusações de Jader. A operação de socorro aos bancos privados chegou a ser questionada por parlamentares na CPI dos Bancos, no Senado, idealizada pelo próprio Jader, com o argumento de que trouxe prejuízos para o País. Na época, o BC alegou que havia um "risco sistêmico", caso os dois bancos não recebessem a ajuda da instituição.

Por intermédio de sua assessoria,



Ed Ferreira/AE

Jader: "BC ajuda bancos falidos com dinheiro do consumidor"

soria, o presidente do Congresso negou que tenha atrasado a tramitação do pedido da União para a autorização da contratação do empréstimo de US\$ 757,5 milhões do Banco Mundial (Bird) para reforçar as reservas externas do País. Segundo ele, o projeto tem seguido seu curso normal desde que chegou no Senado, no dia 5 de março, quando foi lido em plenário.

De acordo com Jader, no mesmo dia, a proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). No dia 24 de abril, o relator da matéria, senador José Agripino Maia (PFL-RN), apresentou seu parecer e o colega Jefferson Péres (PDT-AM) pediu vistas. Dois dias depois, o projeto foi aprovado na CAE e no dia 3 de maio seguiu para a Secretaria-Geral da Mesa do Senado. Ontem, depois de publicação na imprensa sobre a demora na apreciação do crédito externo, o texto foi lido em plenário.

A assessoria da presidência do Senado afirmou ainda que o projeto será publicado na segunda-feira, abrindo prazo para a apresentação de emendas.

Somente depois dessa fase, a matéria pode ser apreciada pelos senadores em plenário.

F RAGA
NÃO QUIS
COMENTAR
DECLARAÇÕES

Urgência – O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), anun-

ciou que na terça-feira vai apresentar pedido de urgência para que a proposta seja votada até quinta-feira. Ele não quis comentar as acusações contra Jader. Na avaliação dele, o projeto ficou "parado por desinformação". Já o líder do bloco de oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), acusou o presidente da Casa de não ter cumprido o regimento e, por consequência, ter atrasado a votação do empréstimo. Ele disse que esse tipo de matéria tem rápida tramitação. "O fato é que o presidente da Casa seguiu uma matéria que não lhe interessa."

Se aprovado pelo Senado, o montante de recursos do empréstimo do Bird deverá ser somados às reservas internacionais (que estão aplicadas no exterior). Com isso, o impacto do dinheiro na cotação do dólar ocorrerá de forma apenas indireta. Na verdade, esses recursos que o governo brasileiro está tomando emprestado não ingressam no País, portanto não transitam pelo mercado de câmbio doméstico.

O aumento das divisas, no entanto, tem um efeito sobre o mercado porque deixa claro que o Banco Central dispõe de mais recursos para, se necessário, promover intervenções no mercado de câmbio e reduzir oscilações do dólar. Ao mesmo tempo, o governo também terá mais tranquilidade para efetuar os pagamentos da dívida externa do setor público. (Colaborou Soraya de Alencar)